



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 135

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO REMOTA

Autos nº 0010577-86.2013.8.24.0600

Ação: **Inspeção/**

Requerente : Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Joinville

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

| | | |
|----|---------------------|-----------------------------------|
| I | Número da portaria | 19/2013 |
| II | Período da inspeção | 08 de abril a 10 de junho de 2013 |

EQUIPE CORREICIONAL

| | | |
|-----|------------------------|-------------------------------|
| III | Juíza-Corregedora | Maria Paula Kern |
| IV | Escrivão Correicional | Geraldo Della Giustina |
| V | Escrivã Correicional | Perla Maria Fusinatto Schappo |
| VI | Assessora Correicional | Catia Lucila Ricordi Crestani |
| VII | Assessora Jurídica | Suziane Lehmkuhl Müller |



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional inspecionada, após a coleta de dados realizada durante o período da inspeção.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar o cartório, a fim de se verificar se este está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Em cumprimento às disposições contidas no Ofício Circular CGJ/SC n. 40/2013 e em portaria publicada no Diário da Justiça e encartada nos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a inspeção correicional remota a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e à tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – módulo de Cartório e de Estatística, dos Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cuida - Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 137

1 UNIDADE INSPECIONADA

| | | |
|------|--------------------------------------|---|
| 1.1 | Comarca | Joinville |
| 1.2 | Unidade | 3ª Vara Criminal |
| 1.3 | Municípios integrantes | Não |
| 1.4 | Comarca integrada | Sim (Joinville e São Francisco do Sul) |
| 1.5 | Juiz Titular | João Marcos Buch |
| 1.6 | Chefe de Cartório | Jocinéia Novak Guimarães |
| 1.7 | Última inspeção por equipe da CGJ/SC | 17 a 21/05/2010 (autos CGJ 0486/2010) |
| 1.8 | Competência | Nº 30/08-TJ: "Art. 2º Competirá: [...] III - à 3ª Vara Criminal a execução penal, a corregedoria dos presídios, o processamento das cartas precatórias criminais de prisão e de fiscalização do cumprimento de pena, além da Central de Penas Alternativas; § 1º Os processos relacionados com matérias cuja competência não seja privativa serão distribuídos igualmente entre a 1ª, 2ª e 4ª Varas Criminais. § 2º Ao Juiz Corregedor dos Presídios compete a atividade correicional em todos os estabelecimentos penais previstos na Lei Federal n. 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), na área de sua jurisdição". |
| 1.9 | Entrância | Especial |
| 1.10 | Observações | |



2 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

2.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – SAJ5

2.1.1 ACERVO PROCESSUAL

| | Indicador | | Valor |
|---------|---|--|-------|
| 2.1.1.1 | Processos em andamento + procedimentos em andamento | | - |
| 2.1.1.2 | Processos em andamento | - | - |
| 2.1.1.3 | Procedimentos em andamento | - | - |
| 2.1.1.4 | Processos sem movimentação há mais de 365 dias | - | - |
| 2.1.1.5 | Observações | O SAJ5 ainda não foi instalado na unidade. | |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 139

2.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – SAJ/ESTATÍSTICA

2.2.1 ACERVO PROCESSUAL

| Indicador | Valor |
|---|--|
| 2.2.1.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento | 4.800 |
| 2.2.1.2 Processos em andamento | 4.762 |
| 2.2.1.3 Procedimentos em andamento | 38 |
| 2.2.1.4 Processos sem movimento há mais de 365 dias | 11 |
| 2.2.1.5 Observações | Informações processuais obtidas mediante consulta ao SAJ/estatística (Relatório Gerencial da Vara) – mês de referência: junho de 2013. |

2.2.2 PROCESSOS EM CARGA

| Indicador | Valor | |
|--|--|----|
| 2.2.2.1 Quantidade total de processos em carga | 2.227 | |
| LOCAL | | |
| Indicador | Q1 | Q2 |
| 2.2.2.1.1 Cargas internas | | |
| 2.2.2.1.1.1 Contadoria | 0 | 0 |
| 2.2.2.1.1.2 Distribuição | 3 | 2 |
| 2.2.2.1.1.3 Juiz (Augusto Cesar Allet Aguiar, Guy Estevão Berkenbrock, João Marcos Buch e Ruy Fernando Falk) | 1.213 | 53 |
| 2.2.2.1.1.4 Ministério Público | 888 | 40 |
| 2.2.2.1.1.5 Serviço Social | 3 | 0 |
| 2.2.2.1.2 Terceiros sem acesso ao SAJ | | |
| 2.2.2.1.2.1 Advogado | 40 | 5 |
| 2.2.2.1.2.2 Central de Penas Alternativas | 3 | 3 |
| 2.2.2.1.2.3 Conselho Penitenciário | 48 | 2 |
| 2.2.2.1.2.4 Penitenciária | 28 | 0 |
| 2.2.2.1.2.5 1ª Delegacia de Polícia | 1 | 1 |
| 2.2.2.1.2.6 Observações | Informações processuais obtidas mediante consulta ao SAJ/estatística (Relatório Gerencial da Vara) – mês de referência: junho de 2013. | |

| | |
|---------|---|
| Legenda | Q1 = quantidade total de processos em carga; Q2 = quantidade de processos em carga há mais de 100 dias. |
|---------|---|

2.2.3 PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

| Período | A1 | A2 |
|------------------------------------|--|-----|
| 2.2.3.1 Janeiro a dezembro de 2009 | 1.636 | 136 |
| 2.2.3.2 Janeiro a dezembro de 2010 | 1.992 | 166 |
| 2.2.3.3 Janeiro a dezembro de 2011 | 2.316 | 193 |
| 2.2.3.4 Janeiro a dezembro de 2012 | 2.218 | 185 |
| 2.2.3.5 Janeiro a maio de 2013 | 1.008 | 201 |
| 2.2.3.6 Observações | Informações processuais obtidas mediante consulta ao SAJ/estatística (Relatório Totalizador de Distribuições). | |

| | |
|---------|---|
| Legenda | A1 = quantidade total de processos distribuídos; A2 = média mensal (média aritmética simples da quantidade processos distribuídos dividida pela quantidade de meses pesquisados). |
|---------|---|



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 140

2.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

| RELATÓRIO | | | | |
|-----------|--|--|-----|-----|
| | Indicador | Padrão de conformidade | V1 | V2 |
| 2.3.1 | Processos ativos sem localização física há mais de 30 dias | O relatório não deve trazer registro. | 55 | 4 |
| 2.3.2 | Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo" | | 56 | 1 |
| 2.3.3 | Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça – CERC", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos" | | 4 | 0 |
| 2.3.4 | Processos ativos com localização física em "cartório – processo suspenso", "cartório – suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório – suspenso (art. 89 Lei 9.099/95)" | | 6 | 0 |
| 2.3.5 | Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido") | | 40 | 24 |
| 2.3.6 | Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados | | 62 | 0 |
| 2.3.7 | Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos | | 1 | 1 |
| 2.3.8 | Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC | O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC. | 103 | 104 |
| 2.3.9 | Processos de Guarda, Perda e/ou Suspensão do Poder Familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA | O relatório não deve trazer registro. | - | - |
| 2.3.10 | Observações | 1) V1: data 02/04/2013. 2) V2: data 20/06/2013. 3) A chefe de cartório foi orientada a manter controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes da Orientação CGJ/SC n. 16 (http://cgj.tj.sc.gov.br/intravet/orientacoes/index.html). As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade. | | |

| | |
|---------|--|
| Legenda | V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados. |
|---------|--|



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 141

2.4 SAJ/CARTÓRIO

| RELATÓRIO | | | | |
|-----------|---|---|-------|-------|
| | Indicador | Padrão de conformidade | V1 | V2 |
| 2.4.1 | Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias | O relatório não deve trazer registro. | 821 | 152 |
| 2.4.2 | Acompanhamento de infrações penais – apresentação em aberto há mais de 30 dias | | 9.121 | 7 |
| 2.4.3 | Acompanhamento de infrações penais – prestação em aberto há mais de 30 dias | | 5.556 | 3 |
| 2.4.4 | Acompanhamento de infrações penais – multa penal em aberto há mais de 30 dias | | 132 | 6 |
| 2.4.5 | Acompanhamento de infrações penais – medida de segurança em aberto há mais de 30 dias | | 0 | 0 |
| 2.4.6 | Réu preso | O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos da comarca. Além disso, a quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais. | 3.531 | 2.798 |
| 2.4.7 | Rol de culpados | Deve refletir fielmente as sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado. | - | - |
| 2.4.8 | Rol da Lei n. 9.099/1995 – transação penal | Deve refletir fielmente as sentenças de homologação de transação penal. | - | - |
| 2.4.9 | Rol da Lei n. 9.099/1995 – suspensão | Deve refletir fielmente as decisões decretando a suspensão processual. | - | - |
| 2.4.10 | Rol de processo suspenso – CPP, art. 366 | Deve refletir fielmente as decisões decretando a suspensão do artigo 366 do Código de Processo Penal. | - | - |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 142

| | | | | |
|--------|---|--|-------|-----|
| 2.4.11 | Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa – em ambos os campos: 01/01/1900 a 31/03/2013) | O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes. | 3.683 | 243 |
| | AR | | 707 | 37 |
| | Ação incidental | | 0 | 0 |
| | Assunto do processo | | 0 | 0 |
| | Carga | | 152 | 17 |
| | Cartas recebidas | | 6 | 0 |
| | Custas | | 31 | 30 |
| | Edital de intimação de advogado | | 182 | 6 |
| | Execução de sentença | | 0 | 0 |
| | Feriado | | 2 | 0 |
| | Incidente processual | | 33 | 0 |
| | Mandados | | 597 | 50 |
| | Movimentação | | 165 | 0 |
| | Pauta de audiências | | 68 | 0 |
| | Peticionamento eletrônico | | 0 | 0 |
| | Petição intermediária | | 1.043 | 33 |
| | Processo | | 0 | 0 |
| | Recurso | 0 | 0 | |
| | Usuário | 697 | 70 | |
| 2.4.12 | Processo com situação "arquivado administrativamente", com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo" | | 87 | 64 |
| 2.4.13 | Mandados de prisão em aberto com "erros" | | 1 | 2 |
| 2.4.14 | Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias | | 72 | 16 |
| 2.4.15 | ARs não devolvidos pela ECT + 45d | | 136 | 141 |
| 2.4.16 | Observações | 1) V1: data 02/04/2013. 1.1) Item 2.4.12: os 87 processos encontram-se somente na sala de arquivo. 2) V2: data 21/06/2013. 2.1) Item 2.4.12: os 64 processos encontram-se somente na sala de arquivo. | | |

| | |
|---------|--|
| Legenda | V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados. |
|---------|--|



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 143

2.5 SAJ/ESTATÍSTICA

| RELATÓRIO | | | | |
|-----------|---|--|-----|----|
| | Indicador | Padrão de conformidade | V1 | V2 |
| 2.5.1 | Processos ativos sem movimentação lógica há mais de 365 dias | O relatório não deve trazer registro. | 709 | 38 |
| 2.5.2 | Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas) | | 311 | 44 |
| 2.5.3 | Processos em carga há mais de 100 dias | | 94 | 65 |
| 2.5.4 | Meta 2 do CNJ - processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2006. Processos ativos de competência do Tribunal do Júri e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2007 | | 27 | 26 |
| 2.5.5 | PJP (programa de julgamento prioritário) - processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2008 - processos cíveis, criminais e de competência do Tribunal do Júri | | 63 | 59 |
| 2.5.6 | Observações | O relatório do PJP engloba os processos constantes no relatório da Meta 2 do CNJ, por ser mais abrangente. 1) V1: data 02/04/2013 2) V2: data 21/06/2013 | | |

| | |
|---------|--|
| Legenda | V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados. |
|---------|--|



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 144

2.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

| RELATÓRIO | | | | |
|-----------|---|--|----|----|
| | Indicador | Padrão de conformidade | V1 | V2 |
| 2.6.1 | JUSTIÇA ABERTA – Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1) | As informações devem ser alimentadas, pelo chefe de cartório, sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido. | PA | CA |
| 2.6.2 | SNBA – Sistema Nacional de Bens Apreendidos | Os bens devem ser cadastrados, pelo servidor, até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. | NA | CA |
| 2.6.3 | SNCI – Sistema Nacional de Controle de Interceptações | As informações devem ser alimentadas, pelo Magistrado com competência criminal, sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido. | CA | CA |
| 2.6.4 | CNIEP – Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais | As informações devem ser alimentadas, pelo Magistrado com competência criminal, sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido. | CA | CA |
| 2.6.5 | CNIA – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa | As informações devem ser alimentadas mensalmente, pelo Magistrado, indicando-se somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após trânsito em julgado da sentença condenatória. | PR | PR |
| 2.6.6 | Observações | 1) V1: data 03/04/2013 1.1) Item 2.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 06/02/2013. 1.2) Item 2.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 04 registros de processos e 09 registros de bens no sistema. 1.3) Item 2.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): Existem 2 estabelecimentos penais registrados (Presídio Regional de Joinville e Penitenciária Industrial de Joinville). 2) V2: data 21/06/2013. 2.1) Item 2.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 06/06/2013. 2.2) Item 2.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 04 registros de processos e 09 registros de bens no sistema. Verificou-se que já foi determinada a destruição de todos os bens existentes. | | |
| Legenda | V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados; CA = CORRETAMENTE ALIMENTADO: quando o sistema foi alimentado até a data estipulada, se houver; NA = NÃO ALIMENTADO: quando o sistema não foi alimentado até a data estipulada, se houver; PA = PARCIALMENTE ALIMENTADO: quando os registros do sistema não estão de acordo com o SAJ ou outro parâmetro utilizado; PR = PREJUDICADO: quando o sistema não se aplica à unidade ou não há necessidade de preenchimento. | | | |

Endereço: Rua Alvaro Mullen da Silveira, 208, 10º Andar - Torre I - Tribunal de Justiça, Centro - CEP 88020-901,
Fone: (48) 3287-2762, Florianópolis-SC - E-mail: cgj@tjsc.jus.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 145

3 INFORMAÇÕES DO GABINETE

3.1 CUIDA/CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO

| RELATÓRIO | | | | |
|-----------|---|--|----|----|
| | Indicador | Padrão de conformidade | V1 | V2 |
| 3.1.1 | Cadastro único informatizado de adoção e abrigo – abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento) | As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta nº 08/09-GP/CGJ. | PR | PR |
| 3.1.2 | Observações | Não se aplica em face da competência da unidade. | | |
| Legenda | V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados; CA = CORRETAMENTE ALIMENTADO: quando o sistema foi alimentado até a data estipulada, se houver; NA = NÃO ALIMENTADO: quando o sistema não foi alimentado até a data estipulada, se houver; PA = PARCIALMENTE ALIMENTADO: quando os registros do sistema não estão de acordo com o SAJ ou outro parâmetro utilizado; PR = PREJUDICADO: quando o sistema não se aplica à unidade ou não há necessidade de preenchimento. | | | |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 146

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da inspeção correicional iniciaram na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, por esta Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação, foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio dos programas SAJ/EST – Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – módulo de estatística, Inspeção Virtual, SAJ/PG - Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – módulo de cartório, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cuida - Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 11 de julho de 2013.

Cátia Lucila Ricordi Crestani
Assessora Correicional – Mat. 6508

Suziane Lehmkuhl Müller
Assessora Jurídica